

Catarina Resende > **Política do Sensível: práticas somáticas**
Patricia Caetano >> **e corpo-campo-coletivo**
Ruth Torralba >>>

Resumo

O texto aborda um acontecimento trágico como fonte disparadora de uma experiência de contágio somático-performativo: o assassinato da vereadora da cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco, em março de 2018. A partir desse acontecimento, propõe uma reflexão sobre as práticas somáticas como uma política do sensível que alarga a dimensão microperceptiva e evidencia um campo vibrátil no qual os corpos se conectam, afetam e contagiam-se mutuamente. Busca-se, assim, compreender a afirmação de uma dor como forma de resistência e fonte de re-existências frente a um poder que massacra os corpos.

Palavras-chave: Performance. Experiência somática. Política. Sensível. Corpo.

Abstract

The text addresses a tragic event as a trigger source for an experience of somatic-performative contagion: the murder of Marielle Franco, a city councilor from Rio de Janeiro, in March 2018. From this event, we propose a reflection on somatic practices as a politics of the sensitive that enlarges the microperceptive dimension and shows a vibrating field in which the bodies connect, affect and contagious each other. It seeks to understand the affirmation of a pain as a form of resistance and source of re-existence against a power that massacres the bodies.

Keywords: Performance. Somatic experience. Sensitive politics. Body-field-collective.

> Professora do Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói (RJ). Psicóloga Clínica e Terapeuta pelo Movimento. Mestre em Saúde Coletiva e Doutora em Psicologia. Coordenadora do Laboratório de Subjetividade e Corporeidade (CorporeiLabS – UFF/ UFRJ/UFC/FAV).

>> Professora dos Cursos de Licenciatura e Bacharelado em Dança e do Programa de Pós-graduação em Artes, da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza (CE). Doutora em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Bahia e Educadora do Movimento Somático pela *The School for Body Mind Centering®*.

>>> Professora dos Cursos de Dança da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro (RJ). Psicóloga Clínica e Terapeuta pelo Movimento com Aperfeiçoamento em Eutonia. Mestre e Doutora em Psicologia. Autora do livro *Sensorial do Corpo: via régia ao inconsciente*, EDUFF, 2016.

Entre o sopro e o berro dos corpos

“Escreva o poema.
(escreva a dor)
Queime o poema.
(queime a dor)
– sobre as cinzas nos olhos deles.”
(LOVELACE, 2018, p.172)

Ocupamo-nos, neste ensaio, especificamente, das experiências de produção e propagação de um corpo-campo-coletivo a partir de um acontecimento – a execução sumária da vereadora carioca Marielle Franco, ao lado de seu motorista Anderson Gomes –, tendo as práticas somáticas como fio condutor. Ocupamo-nos de um texto que possa *escrever e queimar a dor*, através de uma poética que *faça ver as cinzas* de corpos que seguem ininterruptamente sendo executados: Marielle(s), Claudia(s), Matheusa(s), e tantas outras, tantos outros¹. Mas ocupamo-nos do *sopro dos corpos*, pelo plano sutil do contágio e da propagação sensível dessa dor que vira berro e se faz revolta. Numa tessitura com a escritora feminista norte-americana Amanda Lovelace, que faz poesias insurgentes às cinzas das bruxas que já foram – e seguem sendo – queimadas em nome do patriarcado, damos um tom ao gesto de fazer do luto nossa luta: “A poesia/ será/ o que/ nos/ levará/ a essa/ revolução/ &/ a poesia/ será/ o que/ nos/ trará/ cuidadosamente/ de volta./ - a resistência é uma arte” (LOVELACE, 2018, p.173).

Essa escrita busca apresentar as práticas somáticas como uma política do sensível que alarga a dimensão micropereceptiva e evidencia um campo vibrátil-coletivo, no qual os corpos se conectam, afetam e contagiam-se mutuamente. A partir desta política, buscaremos desmistificar uma compreensão muito corrente sobre as práticas somáticas (sobretudo entre as pessoas que não partilham destas práticas) que as reconhece como práticas de “ensimesmamento” de um corpo “autossentiente”, “automovente”.

Nossa voz está conectada a dois acontecimentos relacionados ao assassinato da vereadora Marielle Franco: a manifestação (no ato do seu velório) que culminou numa caminhada coletiva, no dia posterior ao assassinato, no centro da cidade do Rio de Janeiro, e a caminhada somático-performativa, realizada no I Encontro Internacional de Práticas Somáticas e Dança, em Brasília, em homenagem à Marielle, dois dias após o ocorrido. Ocupamo-nos com uma inquietação: podem as práticas

1 Mencionamos aqui outros assassinatos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro: o de Claudia Silva Ferreira, baleada por uma troca de tiros na zona norte da cidade e que teve o corpo, ainda vivo, arrastado por cerca de 250 metros por uma viatura de polícia que a “socorria”, e o de Matheus Passareli, Matheusa, estudante de artes visuais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), não binário, que tinha uma pesquisa em artes sobre “corpos estranhos”, executado e queimado ao entrar numa comunidade também na zona norte da cidade.

somáticas ser propositoras de uma política do sensível? Esta escrita tem o desafio de performar e potencializar uma política do sensível a partir das práticas somáticas, articuladas à dança, à performance e à clínica, no intuito de dimensionar a corporeidade para uma experiência menos “autossentiente” e “automotente”, conectando-a com o espaço da cidade, suas lutas e levantes². Ao borrarmos as fronteiras entre os territórios corpo-cidade e entre os planos arte-educação-clínica-política, apostamos, com Marielle, num modelo de cidade mais justa e amorosa, aberta às diferenças e ocupada com os acidentes e as heranças coloniais de seu chão.

E quando a flor rompe o asfalto³: Indagações transdisciplinares

Marielle Franco foi a 5ª vereadora mais votada na cidade do Rio de Janeiro, em 2016, depois de mais de uma década como assessora parlamentar. Cria da favela da Maré, feminista, negra, mãe, lésbica, tinha um mandato com pauta fortemente marcada por lutas pelos direitos humanos e, mais recentemente, era uma das principais vozes insurgentes contra a intervenção militar no Estado, iniciada em fevereiro de 2018. Sua dissertação de mestrado, como lembra sua orientadora, Joana Ferraz (2018), já problematizava as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) – denunciadas como uma política pública integrada ao projeto neoliberal que acaba por reforçar o “Estado penal” e as execuções de corpos que ocupam as margens da sociedade: pobres, favelados, negros.

O assassinato de Marielle, em 14 de março de 2018, é um crime político. Ferraz escreveu um ensaio para um encarte especial da Revista Cult⁴ sobre a vereadora em junho de 2018, e hoje, finalizando este texto em 15 de outubro de 2018, completando sete meses desse acontecimento, ainda nos utilizamos de suas palavras: “Talvez, no lugar de querer saber quem foi a pessoa que a executou, seria possível fazer outra pergunta: a quem interessa sua morte?” (FERRAZ, 2018, p. 13)⁵. Mas sua voz e

2 Observamos ainda que o artigo atual incorpora reflexões elaboradas a partir do 2º Seminário Internacional Trans-In-Corporados: construindo redes para a internacionalização da pesquisa em dança, organizado pelo LabCrítica da UFRJ, realizado de 23 a 25 de agosto de 2018, no Museu de Arte do Rio e em outros espaços da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, tivemos a oportunidade de promover uma mesa de debates sobre as experiências e articulações conceituais aqui apresentadas, bem como realizar uma intervenção urbana denominada “Caminhada somática por Marielle(s)”, reelaborando as experiências de performar o luto em luta. Assim, consideramos que a escrita atual é permeada implicitamente por outras companheiras que estiveram conosco ativamente assinando os trabalhos anteriores: Elizabeth Pacheco, Eline Gomes, Lyria Morais, Luiza Loyola, Malu Moraes, entre outras mulheres que estiveram presentes, performando com seus corpos e afetos.

3 Essa expressão, assim como as subseqüentes entradas de seções do artigo, remete a “lemas” usados por Marielle Franco.

4 Como esta, incontáveis publicações especiais, atos públicos e homenagens póstumas têm sido produzidos ininterruptamente, desde março de 2018. Citamos aqui, a título de ilustração, a renomeação da Concha Acústica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) para o nome da vereadora.

5 Gostaríamos de ressaltar, ainda, que datamos a finalização do nosso escrito no intervalo entre o 1º e o 2º turno das eleições para presidência da república e governo do Estado (no caso, referimo-nos ao Rio de Janeiro). Muitos analistas, jornalistas e cientistas políticos já consideram essas eleições históricas no percurso da jovem democracia brasileira, pós-constituição de 1988; no sentido em que os atuais discursos e atitudes de ódio, medo, niilismo ameaçam a continuidade democrática das práticas e políticas governamentais. Encontramo-nos num acirramento radical das polarizações decorrentes

seu rosto não se calam com o apagamento do seu corpo, sua gestão permanece viva por uma Mandata Marielle Franco, representada por sua equipe, ao entender o “ente coletivo que era Marielle”, como descreve Amanda Massuela (2018), no mesmo encarte. Diante de tantas narrativas esquecidas e apagadas pela história das lutas políticas do nosso país, interessa-nos insistir em experiências de propagação coletiva da potência de vida que Marielle afirmava.

O assassinato de Marielle abriu uma fenda, uma ferida que expõe o lugar da mulher negra e da população pobre em nossa sociedade. Ela não é marco, mas marca; faz ver uma cicatriz que constitui a pele de nosso território. Como nos conta Maria Angélica Melendi (2017), os acontecimentos políticos não são somente marcos, mas constituem a matéria que forma nossa vida pública e privada. Os acontecimentos políticos não são apenas marcos, eles criam marcas nos corpos singulares e coletivos.

A execução de Marielle é uma marca que abre uma ferida no corpo da cidade, evidenciando algo que escorre subterraneamente ao longo de anos da história do Rio de Janeiro: o extermínio da população pobre e negra, que a vereadora tanto lutava para aplacar. Segundo Achille Mbembe (2018), as técnicas de policiamento e disciplina dos corpos estão sendo gradualmente substituídas por uma alternativa mais “trágica”: as tecnologias de destruição. Essa nova tecnologia está menos preocupada com a inscrição dos corpos em aparatos de controle e disciplina do que em subjugar-los na ordem da economia máxima representada pelo massacre. Mbembe denomina de “necropolítica” essa tecnologia contemporânea que subjuga a vida ao poder de morte, reconfigurando o sentido de resistência.

Quando uma mulher, negra, favelada, lésbica, militante dos direitos humanos é assassinada, é toda uma luta coletiva que sofre o atentado. Como, então, resistir? Como fazer do luto, luta? Como não se calar perante a violência de um estado de “necropolítica”? Diante de tamanha brutalidade, de que modo a sutileza pode nos fazer resistir? E o que a educação somática, a performance, a clínica e a política têm a ver com isso? Como nos ocuparmos dessas experiências sensíveis de contágio quando o sopro dos corpos pede passagem por berros de dor e indignação?

Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor: a perspectiva ecofeminista

Interessadas mais em (re)colocar questões que respondê-las, retomamos, acrescentando às indagações transdisciplinares anteriores a questão inicial deste texto: podem as práticas somáticas

desse estado de coisas, provocando reações na população de tal ordem que o desejo pelo fascismo emerge como grito de “esperança” para a “reorganização” “moral” de uma vida estilhaçada em seus projetos de futuro; porém, ressaltamos, trata-se de um clamor por uma “salvação messiânica” à custa da aniquilação das diferenças e da multiplicidade dos modos de existência. O protagonismo das redes sociais nessas eleições constituiu um plano de articulação e propagação das campanhas nunca antes visto, inclusive com uma produção maciça das chamadas “fake news” e dos ataques violentos entre eleitores, estes inclusive, ultrapassando as fronteiras do “mundo virtual”. No entanto, também consideramos que as ruas continuam sendo um plano de produção de vida e insurgências, liberando o grito pela composição e coexistência dos corpos – e é essa possibilidade de linha de fuga que queremos enfatizar neste artigo.

propor uma política sensível dos corpos, sem reforçar o ensimesmamento de eu autossentiente e automovente?

Num exercício crítico-clínico-político, vislumbramos acessar os processos de subjetivação para além ou aquém do sujeito que já nos tornamos, abrindo-nos ao plano de constituição intensiva dos corpos. Com isto, em vez de querer fortalecer um eu que se relaciona com sua própria história de vida, a partir de uma interiorização psicológica, autossentiente, buscamos dar destaque às experiências de contágio, investindo na comunicação inconsciente dos corpos.

Nesse exercício, há uma ética clínico-política do encontro que dilata nosso olhar e nossa escuta aos acontecimentos “fora-do-sujeito” (ROLNIK, 2015). Num acontecimento, os contornos do sujeito nuclear (com pressupostos, certezas, identidades) se desfazem: deixamos de ser um, somos uma multidão buscando um tom, isto é, a afinação de uma multiplicidade de forças que se alinham e produzem um sem fim.

Com Franco Berardi (Bifo), reconhecemos a sensibilidade como campo da batalha política, como plano privilegiado da exploração dos corpos pelo capitalismo; tal como nos apresenta na entrevista concedida em 2011 ao jornal Público, sobre a crise europeia:

Sensibilidade é a capacidade de entender sinais que não são verbais, nem verbalizáveis. É a faculdade de discernir o indiscernível, aquilo que é demasiado sutil para ser digitalizado. Tem sido sempre o fator primário da empatia: a compreensão entre os seres humanos sempre se dá, em primeiro lugar, no nível epidérmico. E aí está, hoje, o campo de batalha político. A intensificação do ritmo de exploração dos cérebros tem posto em colapso nossa sensibilidade, por isso a insurreição que vem será antes de tudo uma revolta dos corpos. Penso em um novo tipo de ação política capaz de tocar a esfera profunda da sensibilidade mesclando arte, ativismo e terapia. (BERARDI, 2011).

Aqui, Bifo propõe uma “mescla” arte-ativismo-terapia, considerada nada “óbvia” pelo seu entrevistador, mas que nos lança para o prisma transdisciplinar em que atuamos. Ampliando esse diálogo com Diana Taylor, no seu artigo *O trauma como performance de longa duração*, as relações entre arte-ativismo-terapia podem ser pensadas a partir da relação entre trauma, performance e violência de estado (no caso, a ditadura chilena). Neste sentido, a autora põe em cena a necessidade de se reconhecer que tanto o trauma quanto a performance fazem coemergir repetição e presentificação, movimentando de forma indissociável as dimensões pessoais, interpessoais, sociais e políticas.

Taylor reconhece que, diante da proximidade dos corpos, a dor performatizada pelo sobrevivente da ditadura chilena que a guiava no memorial de um centro de tortura, ativava também uma dor do seu corpo. Apesar de reconhecer as muitas diferenças entre uma dor e outra, a autora explicita uma ligação muito essencial, no plano das sensibilidades, que contribui para pensarmos uma perspectiva transdisciplinar clínico-política que considere o valor transformador da empatia e da performatividade da dor e do trauma:

Em nossa vida diária, nós não temos uma maneira de lidar com os atos de violência capazes de destruir os limites da nossa compreensão. A terapia oferece conforto para alguns – mas, para outros, esse espaço de luto e de lembranças, brutalmente esvaziado, é mais apropriado. (TAYLOR, 2009, p. 9-10).

Neste sentido, “clínica” se descola da ideia de “terapia” – enquanto processo individual ou como um dispositivo psicoterapêutico que considere o sujeito encerrado em si mesmo. Indissociada da política, articulada com a educação somática e a performance, consideramos que a violência nunca é apenas de ordem pessoal, de modo que reconhecemos os efeitos “clínicos” advindos da ocupação de espaços e da criação de experiências de performatização do luto em luta coletiva.

Para ampliar a importância política da compreensão da subjetividade para além das medidas definidas de um “eu” ensimesmado e separado do mundo, traremos a perspectiva ecofeminista no intuito de evidenciar o contexto atual em que vivemos, procurando reconhecer neste uma crise ético-estético-política, na qual nos encontramos atolados enquanto civilização planetária, a qual se estende aos múltiplos planos da vida.

A partir da perspectiva ecofeminista, Amaranta Herrero (2018) afirma que as sociedades ocidentais modernas, seu modelo cultural e o desenvolvimento capitalista declararam uma guerra sistemática aos corpos e aos territórios, em última instância, uma guerra sistemática à Vida. O que chamamos de Progresso ou Desenvolvimento vem se construindo diretamente sobre as bases materiais que sustentam a vida, continuamente ameaçando-a. E quais seriam as bases materiais que sustentam a vida humana?

Ao responder esta questão, Herrero nos coloca a condição limitada da própria existência. Vivemos e fazemos parte de um planeta que possui limites físicos, assim como nossos corpos. Nossa vida se organiza em fluxos e ciclos vitais, e estes possuem seu ritmo próprio. Contrariamente, o sistema capitalista em que vivemos, em suas dinâmicas expansivas e velozes de produção de bens e serviços, vem produzindo continuamente, há longo tempo, um choque fatal neste ritmo próprio ao vivo.

Ao evocar nossa condição limitada, Herrero (2018) nos apresenta duas características próprias ao ser humano. Uma delas: somos seres ecodependentes, isto é, sujeitos aos limites biofísicos do planeta em que vivemos. É impossível desenvolver a vida humana à margem do ecossistema. Somos parte desse sistema complexo que é a natureza e dependemos dos seus processos, recursos e dinâmicas.

Segunda característica: somos seres radicalmente interdependentes. É impossível pensar a vida de um ser humano em completo isolamento. Desde os primeiros anos de vida até os processos da morte, a vida humana seria impossível sem que houvesse pessoas dedicando tempo e energia à sobrevivência dos corpos. Esta dimensão vulnerável dos corpos humanos é praticamente invisibilizada em nossa cultura. Aqui, Herrero toca em um ponto crucial para nossas discussões: a vulnerabilidade dos corpos humanos e sua condição inviabilizada e minimizada em nossa cultura.

Importante ainda ressaltar que, nas sociedades patriarcais, pelo papel que historicamente impõe a divisão sexual do trabalho, Herrero (2018) nos lembra de que são as mulheres, em sua maioria, que têm realizado estas tarefas de oferecer sustentação e cuidado aos corpos vulneráveis e suas vidas. Em muitas ocasiões, exercem estes trabalhos em espaços privados e invisíveis, e em condições de submissão e falta de liberdade. Sustentam a vida em um sistema que as ataca e ataca a própria vida.

Desse modo, podemos afirmar que vivemos em um sistema econômico e uma cultura dominante que segue alheia aos limites, à vulnerabilidade e à dimensão imanente dos corpos e do vivo. Estamos acostumados a uma visão dual de mundo que, no entanto, foi construída ideológica e historicamente. Importante ressaltar que o advento de tal visão dual foi elemento fundamental à construção do sistema patriarcal em que vivemos, no qual sempre olhamos para o mundo a partir de uma lente separatista/dualista, priorizando um termo em detrimento do outro. Cultura-Natureza; Mente-Corpo; Homem-Mulher; Homem-Animal; Homem Branco-Homem Negro; Heterossexual-Homossexual; Ciências Naturais-Ciências Humanas; Ciência-Arte; Razão-Sensação; Mundo do Trabalho-Mundo dos Cuidados Domésticos, Macropolítica-Micropolítica, e por aí segue. Nossas práticas cotidianas, nossas representações de mundo, nossas relações, nossas falas, nossas danças estão repletas de dualidades hierarquizadas e hierarquizantes.

Numa entrevista, Suely Rolnik (2010) nos relembra o pesquisador e dançarino Hubert Godard quando afirma que “a cultura é a regra, a arte é a exceção”, e a psicanalista complementa afirmando que, “[...] a cultura é a manutenção deste código compartilhado, a exceção é o que vem desse movimento que cria uma diferença nesse campo e faz ele se reordenar, se transformar em nós mesmos” (ROLNIK, 2010).

Na medida em que iniciamos movimentos no intuito de desfazer esse sistema, que possui raízes ético-estético-políticas bastante questionáveis, começamos a dissolver as dualidades. Vamos criando um lugar mais potente, nos permitimos vivenciar o lugar do paradoxo ou, a partir de uma inspiração somática, o lugar da torção presente na fita de Moebius. Nas experimentações do corpo propostas pelas práticas somáticas, temos a chance de descobrir que o mesmo estrutura-se de forma espiralada. Experimentamos em nossa corporeidade a figura 8 deitada, exploramos o 8 na horizontalidade das relações que ora olham para dentro, ora olham para fora, mas que são dentro e fora ao mesmo tempo, invisível e visível, molecular e molar, micro e macro.

Eu sou porque nós somos: a perspectiva somática

A partir disso, olharemos para o soma, essa corporeidade experienciada pelas práticas somáticas. A noção de soma, que dá origem ao uso contemporâneo do termo somática/o, foi utilizada pela primeira vez pelo pesquisador Thomas Hanna, em 1976, em seu artigo *The Field of Somatics*, e tinha o intuito de evocar um corpo vivido e experienciado a partir da percepção daquele que

experimenta o corpo em primeira pessoa. No momento de surgimento do termo, se fazia urgente a emergência de uma noção que se opusesse à experiência do corpo objetivado. Assim, o soma como corpo experienciado se opunha às noções de corpo-objeto e corpo-máquina. Desde aquele momento inaugural até os dias atuais, o soma jamais será compreendido e abordado como um objeto inerte, passivo, secundário, autômato, mecânico e passível de controle ou docilização. Bem ao contrário, o corpo entendido desde a perspectiva somática é aquele que se experimenta ao mesmo tempo em que experimenta o mundo, ou experimenta o mundo ao mesmo tempo em que se experimenta. No encontro com o mundo, o soma é o corpo inacabado, processual e relacional, que se cria na experiência, ao mesmo tempo em que cria um mundo possível. Dentro desta perspectiva, mundo e corpo são realidades que somente existem por coengendramento.

A reflexão acerca do soma na atualidade se faz extremamente importante. Quando compreendemos a corporeidade para além da experiência subjetiva de um sujeito, descobrimos que a experiência do soma vai além da percepção em primeira pessoa de um indivíduo. Tal como temos enfatizado, não se trata somente de um eu-indivíduo que experimenta a si mesmo e ao mundo a partir de suas próprias percepções, mas, sim, a experimentação da alteridade, ou a oportunidade de “devir-outro” a partir do encontro experiencial com suas materialidades constituintes, em um trânsito entre as “dimensões moleculares” e “molares” dos corpos, “campo das forças e das formas” (DELEUZE; GUATTARI, 1999, 2007, 2009). Estas materialidades que nos constituem são relacionais, constituídas pelas células, líquidos, órgãos, ossos, pele, mas também pelas materialidades do ambiente que nos cercam em coengendramento com nosso tecido corpóreo-subjetivo-existencial.

O que as práticas somáticas colocam em jogo, por meio da experimentação do soma, é a possibilidade de uma partilha outra entre a corporeidade e o ambiente que a cerca a partir do uso diferenciado da senso-percepção. Ao experimentar-se numa aula de educação somática, o participante experimenta um ambiente que se modifica constantemente a partir da ativação de um imaginário corporificado e da interação de suas materialidades corpóreas em diálogo com o chão, a atmosfera, as paredes, o ar, os outros corpos, as bolinhas, os sacos d’água etc.

Para Hubert Godard (2006), seria possível engendrar uma revolução da percepção, na medida em que recolocamos em movimento a alteridade, o outro. Para tanto, precisamos habitar um paradoxo no uso de nossos órgãos dos sentidos, promovendo idas e vindas entre um olhar objetivo e um olhar subjetivo. Ao olharmos estritamente de forma objetiva para o mundo e para nós mesmos, o outro desaparece. Para além do exercício da objetividade, a possibilidade de ampliação de nossa escuta, seja ela tátil, auditiva, visual, olfativa ou gustativa, permite-nos interagir com o mundo e conosco mesmos, deslocando-nos do monopólio das representações já dadas. Nesta escuta ampliada, mergulhamos “[...] num além da história, num além da linguagem” (GODARD, 2006, p.74) e nos misturamos com o tecido do mundo. Encontramos o primeiro sentido de alteridade em nós mesmos, para então nos relacionarmos de modo diferente com o outro exterior. Não seria

exatamente esse o exercício somático, por meio do qual experimentamos um devir-outro em meio à imersão soma-ambiente?

Ao reconhecer o caráter transversal das dimensões molares e moleculares presentes no exercício diário da política e nas lutas sociais, Suely Rolnik (2015) nos faz olhar para as relações entre a política e a produção de subjetividade, apontando-nos para a permanência cristalizada de uma perspectiva antro-falo-ego-logocêntrica e de um inconsciente colonial-capitalístico presentes em nossa sociedade a nível global. Vivemos um modo de subjetivação que foi criado no momento em que a colonização se impôs ao mundo e que se caracteriza pela hiper-atrofia da nossa capacidade de percepção. Mas haveria ainda outra capacidade perceptiva, que nos foi usurpada com o advento da colonização, e que segue, nos dias atuais, invalidada. Capacidade esta que diria respeito a uma experiência sensível-vibrátil do mundo como campo de forças. Ela chama essa capacidade de o “corpo-que-sabe”: “um corpo que sabe quando a vida está vingando e quando a vida está minguando” (ROLNIK, 2010). Trata-se da capacidade de um corpo em sua vulnerabilidade ao mundo, de nos permitirmos viver em estado de vulnerabilidade aos outros corpos, a si mesmo, e escutar os ecos ressonantes destes encontros. Abraçar a nossa condição material fundamental: somos feitos desse tecido inacabado, codependente e interdependente. Buscar reativar a capacidade de escuta desse inacabamento próprio ao vivo deveria ser “o foco principal de uma luta micropolítica” (ROLNIK, 2010).

Nem uma a menos: corpo-campo-coletivo e política do chão

As experiências de participar do ato no centro do Rio e da caminhada somático-performativa em Brasília nos fizeram perceber o caminhar coletivo como um ato performativo que criou uma partilha da experiência sensível, e que fez o compartilhar da dor e da indignação um corpo-campo-coletivo contra a “necropolítica” do Estado. Nessa perspectiva, ao caminhar pela cidade, o corpo saiu do fechamento de um *eu* interiorizado, ensimesmado, e pôde então acolher em sua pele o estranhamento, a diferença, o não saber e os afetos. A caminhada coletiva fez, de algo cotidiano como o caminhar, uma experiência que teceu redes de afeto e confiança entre corpos nas cidades. Criou-se o que chamaríamos de uma erosolítica: política do afeto e do compartilhamento. Entendemos esse corpo-protesto, corpo-levante que se fez presente nas manifestações de luto pelo assassinato da vereadora como corpo-campo-coletivo que transformou a dor em grito, o luto em luta, num gesto partilha da experiência. Entendemos esse corpo-protesto, corpo-levante como corpo-campo-coletivo.

Como afirma Kátia Canton (2009), os problemas que envolvem as cidades não podem ser resolvidos por criações artísticas, mas estas podem gerar afetos que, por sua vez, podem criar um canal de comunicação entre pessoas que partilham um mesmo espaço urbano e um mesmo contexto político e social. A arte pode “co-mover” e criar fissuras no tempo-espaço, criar espaços de abertura no congestionamento dos sentidos, na indiferença e

intolerância às alteridades e às desigualdades. O caminhar coletivo pode abrir espaços para respirar e para pausar e para criar um corpo comum, um corpo-campo-coletivo para uma partilha da experiência sensível.

Taylor (2013) evidencia a performance como ato político, cartografando várias experiências na América Latina onde a performance estava vinculada às questões ligadas às diferenças, às desigualdades e às minorias sociais, afirmando um caráter de resistência política no ato performático. A autora aborda relações entre a performance incorporada, a produção de conhecimento e as mudanças sociais e políticas. A performance é afirmada como levante, como forma de intervir nos cenários políticos, como atos de transferência vitais, transmitindo conhecimento, memória e sentidos. Como a pesquisadora aponta, a performance surge como tema de pesquisa nos anos 1970, ligada aos levantes sociais e disciplinares que, no final da década de 1960, sacudiram a academia: o movimento feminista, o Black Power, a reação às ditaduras na América Latina etc. Temos aqui uma visão ampliada de performance que a insere em um cenário necessariamente político. Através da inspiração de Taylor, podemos perceber mais um fio comum entre a manifestação política e a performance. No caso específico da caminhada coletiva em homenagem a Marielle, a manifestação política se configurou como “ato somático performativo” que teceu relações entre corpo-cidade, arte-política. Como vimos, tanto o trauma quanto a performance ativam a presentificação do corpo, movendo de modo indissociável as dimensões pessoais, interpessoais, sociais e políticas.

Em nossa perspectiva somática, o caráter político da performance passa necessariamente pela criação de um corpo-campo-coletivo. Performar, aqui, é habitar um espaço limiar entre o corpo e o mundo. Performar é habitar um momento presente, oferecendo o corpo para uma dinâmica de contágio com as forças externas na criação de um corpo-campo-coletivo. Se entendermos a experiência somática como alargamento das medidas definidas de um corpo, de conexão com o plano invisível-sensível, plano das intensidades mudas e da abertura às micropercepções, apostamos que ela potencializa a partilha de experiências, abrindo o corpo à sua dimensão coletiva, afetiva e conectiva. Nesse sentido, percebemos um fio comum entre as performances, as práticas somáticas e as caminhadas coletivas, como as que ocorrem nos dias 15 e 16 de março, dias posteriores ao assassinato de Marielle, no Rio de Janeiro e em Brasília, respectivamente.

Nessa relação corpo-cidade-arte-política, as contribuições de André Lepecki (2014) nos interessam por colocar em pauta, no plano de composição em dança, uma política do chão. Como nos lembra o autor, o chão da modernidade é o terreno colonizado que inaugurou uma cegueira espacial. É preciso, então, afirmar uma “coreopolítica” aberta às fissuras do chão. Podemos dizer que a contribuição da política do chão opera uma mudança de eixo que se interessa pelo espaço de relação corpo-chão. A dança na relação corpo-chão se abre a uma experiência de “por-se-com o mundo”. Lepecki usa a imagem do tropeço de Franz Fanon, que nos indica mover na horizontalidade do chão, abordando a

possibilidade de nos despirmos da pretensão da verticalidade do sujeito moderno automovente, racional e individual.

Para Lepecki (2017), exaurir a dança não significa acabar com a dança, mas repensar a política do movimento e esgotá-la como imperativo estético dominante que alinha a dança ao comando “transcendente do movimento” de um sujeito automovente. Lepecki propõe, através da paragem, do tropeço e de uma política do chão, outras formas de relação do corpo com o movimento para a criação. Trata-se de reconfigurar a relação da dança com os estados de presença. Os modos através dos quais o corpo se faz presente se constroem numa certa relação com o lugar, descentralizando o ser da experiência.

O chão que pisamos é o mesmo que sustenta a desigualdade social, de gênero e de raça. Então como dançar frente às feridas abertas do chão? Há aqui um rompimento com a busca de um movimento que é gerado “apenas” pelo corpo e um interesse pelo chão, pela composição corpo-chão, corpo-espaco, corpo-cidade. Quando entendemos o chão como liso, nos neutralizamos e nos separamos do território onde estamos e de seus acidentes. Na política do chão, o plano do movimento borra as fronteiras entre o sensorial e o social, o somático e o mnêmico, a escrita e a coreografia, o móvel e o imóvel, o singular e o coletivo.

Desarmar o desamor

Encontramos um fio comum entre a luta de Marielle por um modo de viver na cidade mais justo, amoroso e coletivo, e a experiência de luto que foi criada ao longo de todo o dia posterior ao seu assassinato: o caminhar junto criou um espaço afetivo-coletivo que tecia uma erospolítica contra a necropolítica do Estado. Por outro lado, vemos um fio comum entre a caminhada coletiva e a performance política por ambas instaurarem, em nossa perspectiva, um corpo-campo-coletivo por meio de uma composição corpo-chão, corpo-cidade.

A dança, a performance e as práticas somáticas podem dimensionar o corpo para uma experiência menos “autossentiente” e “automovente”, ensimesmada e individual, e abri-lo para o coletivo, para o espaço da cidade, suas lutas e levantes, borrando as fronteiras entre corpo, cidade, arte, clínica e política.

“Desarmar o desamor”. Essa frase, que foi muitas vezes grafada e repetida em muitas das homenagens à Marielle Franco, era um dos gestos ferozes da Mulher Marielle. “Marielle, presente!”. Disseminar uma política da experiência sensível no chão da cidade nos parece uma forma de desarmar o desamor e criar uma erospolítica frente à necropolítica que nos assola.

Nossa experiência no dia das manifestações pela vida de Marielle foi de criação de um corpo-campo-coletivo, corpo-levante frente à violência de um Estado que, longe de proteger as minorias, executa, elimina, mata. Sentíamos os corpos num campo magnético muito forte que criava um tecido comum entre nós. Uma política do sensível conectou nossos corpos, que, sintonizados num afeto comum, numa dor comum, teciam um corpo-campo-coletivo pelas ruas da cidade. O trauma no corpo, a ferida na

cidade criaram um corpo multidão que desfez a ilusória separação corpo-mundo.

A luta intersetorial do feminismo negro é justo uma luta por um fio comum entre nós, por um corpo-campo-coletivo. O conceito de “interseccionalidade”, nomeado por Angela Davis (2016), que emerge na experiência prática do feminismo negro norte-americano, compreendeu que a luta pela libertação negra e a luta pela libertação das mulheres é indissociável. Ampliando a perspectiva marxista de luta de classes e compreendendo que na pirâmide social as mulheres negras e pardas estão na base, se o feminismo deve liberar as mulheres, consequentemente deve enfrentar todas as bases de opressão. Seguindo essa perspectiva, Djamilia Ribeiro (2017) aponta que é preciso olhar para as diferenças e nomeá-las, sensibilizando as pessoas para a compreensão de que potencializar o desenvolvimento humano de “grupos vulneráveis” é melhorar o desenvolvimento de uma cidade e de um país. Essa também era a luta de Marielle: luta que entende o lugar da mulher “preta” e pobre como base da pirâmide social. Num texto em que aborda o lugar da mulher favelada frente ao golpe de 2016 e ao impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, nos conta Marielle:

Após essa breve clivagem da categoria mulher favelada, é preciso evidenciar como essas mulheres vivenciam, sentem e atuam em seus cotidianos frente aos efeitos do golpe. A emergência da vida sempre foi extremamente presente para essas mulheres. Elas sempre viveram as consequências da imposição do Estado por menos direitos e o predomínio de políticas do Estado voltadas para a interdição e a dominação. Momentos de “bem-estar social” foram passagens da história do País, mas marcam-se, fundamentalmente, por conquistas e não por concessões do poder dominante. Ainda que o machismo histórico e institucional seja uma das bases da formação social brasileira, as mulheres negras e faveladas reúnem vários outros aspectos de interdição, dominação e restrição de direitos frente às demais mulheres da cidade. Mas o golpe, protagonizado pelo endurecimento do lastro estadocêntrico e da presença central de um homem branco, autoritário e conservador, aprofunda tais características (FRANCO, 2017, p. 91).

A questão que o assassinato de Marielle levanta é que a ferida aberta por seu corpo morto é marca da nossa constituição de país colonizado, uma vez que sempre foi sobre os corpos desviantes que o peso mortal do poder mais recaiu. Sua luta permanece em nós. Sua voz ainda ecoa. Sua palavra é partilha. Performar luto em luta é tecer um corpo-campo-coletivo e manter aberta a fenda que sua morte criou no corpo da cidade. Importa que outros corpos-levantes se insurjam para manter aberta essa ferida, para manter o jorro de indignação dessa marca colonial que ainda mata os corpos de mulheres, de pessoas negras e pardas, de pobres, de transexuais, de todos os corpos que ferem a lógica de normatização da vida. Vida que sempre pede para que o território se abra para dar passagens às forças de afirmação da própria vida.

Nessa perspectiva, o ponto de articulação entre educação somática, dança, clínica, performance e política cria um prisma

de possibilidades para transformar os estados de um corpo pela conexão com seu fora, na abertura ao outro e ao mundo. E é nessa direção que recorremos ao assassinato da vereadora Marielle Franco como um acontecimento trágico que disparou em nós a experimentação da dor como plano de contágio somático-performativo. A expressão “performar o luto em luta” nos aponta a possibilidade de fazer da dor – uma afecção que diminui a potência de um corpo e pode entristecê-lo, em termos spinozistas – um motor para ação, para o encontro, para a resistência. O que nos interessa, portanto, nesse prisma transdisciplinar, são as experiências que nos levam a tirar uma dor das clausuras individuais – paralisando o corpo num sofrimento ou o sujeito no ressentimento. Usar a dor como um berro que perfura, estilhaça e conecta os corpos, abrindo novas vias de re-existência: eis um programa somático-político-performativo urgente ao nosso tempo.

Por tudo que Marielle representa, por todas as suas lutas, seu corpo se pulveriza por tantos outros corpos numa velocidade instantânea. Na velocidade da “globalização”, pessoas do mundo todo se insurgem num corpo-levante que berra por essa dor. Tanto quem estava em Brasília, quanto quem estava no Rio de Janeiro foi lançada em outra dimensão da conexão sutil e sensível dos nossos corpos, que agora passam a se ligar pela dor de um acontecimento dilacerante. Conectadas por vias da indignação, nossos corpos vão se tornando caixas de ressonâncias de um grito que se avoluma e exige passagem. Carregadas por partículas de tantas Marielle(s) em nós, co-movemo-nos a performar somaticamente, ocupando as ruas silenciosamente, caminhando. Um corpo-levante, um corpo-campo-coletivo que se insurge mostrando a força da sua fragilidade, a beleza da interdependência.

Ou, como Marielle não cansava de repetir: “eu sou porque nós somos!” Sua voz insiste: “Companheira, me ajude, que eu não posso andar só. Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor!” Tanto quanto no seu mandato, no texto de sua autoria, ela faz uma importante explanação do contexto político atual, sobre as violentas condições da população periférica e a emergência da vida, especialmente a da mulher negra favelada. Mas ressalta, na mesma medida, “quando a flor rompe o asfalto”, enfatizando a centralidade que essas mulheres têm ocupado nos territórios com ações criativas e conquistas políticas. Marielle Franco (2017) aponta o protagonismo das mulheres nas construções de redes e ações de superação das condições, das artes às práticas sociais ou políticas na periferia – e, cada vez mais, com impacto por toda a cidade. Ela fala da importância vital das relações de solidariedade para a ampliação da dignidade e dos modos de existência. Ela nos instiga a criar ações para ampliar tal potência e construir narrativas que elevem a liberdade, a participação e o ativismo emancipatório das mulheres negras e faveladas.

Na articulação transdisciplinar, práticas somáticas-clínica-performance-dança-política, nós nos interessamos radicalmente pelas experiências que produzem deslocamentos, aberturas, transformações, conexões, “pontos de virada”. Nos interessamos pelas fissuras que ferem o concreto que paralisa a vida, “quando a flor rompe o asfalto” (FRANCO, 2017).

Considerando a importância ainda crucial da luta pelo reconhecimento das mulheres (especialmente as pobres, negras, lésbicas, faveladas), incluímos Paul B. Preciado, para pensar formas de insurgência pela ampliação das forças da vida pelo “projeto transfeminista”, um feminismo que possa resistir a qualquer identificação normativa, regra moralista ou poder neoliberal contemporâneo. Segundo suas palavras:

Se o feminismo pensava que o poder estava nas leis e instituições, o transfeminismo sugere que o poder está nas logísticas, infraestruturas, redes e técnicas culturais. [...] O sujeito do transfeminismo não são as “mulheres”, mas os usuários críticos das tecnologias de produção da subjetividade. Esta é uma revolução somatopolítica: o surgimento de todos os corpos vulneráveis contra as tecnologias de opressão. (PRECIADO, 2018, p. 10-11).

Com o transfeminismo de Preciado, sublinhamos a importância da interdependência e da vulnerabilidade enunciadas pelo ecofeminismo e pelo feminismo negro, numa lógica de revolução somatopolítica, em que a força da fragilidade é aliada. Nesse plano de conexões, “eu sou porque nós somos”. Ainda, nos seus termos:

Mas porque eu amo vocês, meus pares corajosos, desejo que lhes falte a coragem. Desejo que vocês não tenham mais força para reproduzir a norma, que não tenham mais energia para fabricar a identidade, que percam a fé no que os seus documentos dizem sobre vocês. E uma vez perdida toda a sua coragem, fluxos de alegria, eu desejo que vocês inventem um modo de usar para seus corpos. Porque eu os amo, desejo-os fracos e desprezíveis. Pois é pela fragilidade que a revolução opera. (PRECIADO, 2018, p. 21-22).

Com esses votos, Preciado traz pistas para experimentarmos outras práticas emergentes de coletivização das experiências do saber e da produção, reinventar fundamentos sociais e políticos de uma vida pós-capitalista, “[...] um novo paradigma ético-estético da revolta, uma micropolítica de cooperação somática e cognitiva” (PRECIADO, 2018, p. 29). Neste sentido, compreendemos certas experiências de contágio como a possibilidade de fazer da revolta um movimento de devir-outro, quando o sopro que atravessa e liga os corpos vibra como o refrão da música de Pedro Loureiro e Luciano Mello, cantada pela voz política de Elza Soares: “E vai sair/ De dentro de cada um/ A mulher vai sair/ E vai sair/ De dentro de quem for/ A mulher é você” (VIANNA, 2018).

Referências

- BERARDI, F. Entrevista com Franco Berardi (Bifo). **Público**, 29 jan. 2011. Tradução do blog Boca do Mangue. Disponível em: <<https://bocadomangue.wordpress.com/2011/01/30/%e2%80%9ca-sensibilidade-e-hoje-o-campo-de-batalha-politico%e2%80%9d/>>. Acesso em: 03 de junho de 2018.
- CANTON, Kátia. **Espaço e Lugar**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**, v. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- _____. **Mil Platôs**, v. 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 2007.
- _____. **Mil Platôs**, v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.
- FERRAZ, Joana. A perversidade do estado penal. **Revista Cult – Especial Marielle Franco**, n. 236, ano 21, p. 12-14, julho 2018.
- FRANCO, Marielle. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista negra e favelada. In: BUENO, Winnie; BURIGO, Joanna; PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SOLANO, Esther. (Orgs.). **Tem saída?** Ensaios críticos sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Editora Zourk, p. 89-95, 2017.
- GODARD, Hubert. Olhar Cego. In: ROLNIK, Suely; DESIRENS, Corinne (Org.). **Catálogo Lygia Clark**. Da obra ao acontecimento. Somos o molde. A você cabe o sopro. Nantes: Musée de Beaux-Arts de Nantes; São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2006.
- HANNA, Thomas. The Field of Somatics. **Somatics: Magazine-Journal of the Bodily Arts and Sciences**, v. 1, n. 1, Autumn 1976. Disponível em: <<https://somatics.org/library/htl-fieldofsomatics>>. Acesso em: 30 de junho de 2018.
- HERRERO, Amaranta. Conexiones entre la crisis ecológica y la crisis de los cuidados. **Ecología Política**. Cuadernos de debate internacional – Ecofeminismos, n. 54, jan. 2018. Entrevista concedida a Yayo Herrero López. Disponível em: <<http://www.ecologiapolitica.info/?p=10256>>. Acesso em: 30 de junho de 2018.
- LEPECKI, A. El cuerpo colonizado. **Revista de Teatro Latinoamericano**, n. 170, Casa de las Americas, La Habana, Cuba, p.19 – 23, jan.-mar., 2014.
- _____. **Exaurir a Dança** São Paulo: AnnaBlume, 2017.
- LOVELACE, Amanda. **A bruxa não vai para a fogueira neste livro**. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.
- MASSUELA, Amanda. Luta Coletiva. **Revista Cult – Especial Marielle Franco**, n. 236, ano 21, p. 15-17, julho 2018.
- MELENDI, Maria Angélica. **Estratégias da arte em uma era de catástrofes**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2017.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- PRECIADO, Paul B. **Transfeminismo**. Série Pandemia. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2017.
- ROLNIK, Suely. Entrevista: Suely Rolnik. **reDOBRA**, n. 8, Salvador, 2010. Entrevista concedida a Pedro Dultra Britto. Disponível em: <<https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/10/24/entrvista-suely-rolnik-suely-rolnik/>>. Acesso em: 30 de junho de 2018.
- _____. A hora da micropolítica. Re-visiones, n. 5, Madri. Entrevista concedida a Aurora Fernández Polanco e Antonio Pradel. Disponível em: <https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2016/06/07/suely-rolnik-a-hora-da-micropolitica/>. Acesso em: 30 de junho de 2018.
- TAYLOR, Diana. O trauma como *performance* de longa duração. **O Percevejo** online. Periódico do PPG Artes Cênicas, UNIRIO. v.1, n.1, p. 1-12, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/opercevejoonline/article/view/512>>.
- _____. **O Arquivo e o Repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- VIANNA, Luiz Fernando. Elza Soares brilha com repertório político perfeito para sua voz. **Folha de São Paulo**. Ilustrada, 18 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/05/elza-soares-brilha-com-repertorio-politico-perfeito-para-sua-voz.shtml>>. Acesso em 30 set. 2018.